

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

A T A Nº 02/92

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de mil, novecen-  
tos e noventa e dois, com início às oito horas e trinta mi-  
nutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se uma sessão  
ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e  
da Extensão - COCEPE da Universidade Federal de Pelotas, a  
qual, previamente convocada e presidida pelo Senhor Vice-  
Reitor, Professor Luiz Henrique Schuch, seu Presidente, con-  
tou com a participação dos seguintes Conselheiros: Professo-  
res Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e Assis-  
tência; Jorge Umberto Béria, em substituição ao Pró-Reitor  
de Pesquisa e Pós-Graduação; Jorge Luis Martins, Represen-  
tante do Conselho Universitário; Eduardo Allgayer Osório, Re-  
presentante da área de Ciências Agrárias; Fernando Nova  
Cruz Diaz, Representante da área de Ciências Exatas e Tecno-  
logia; Tânia Maria Pereira Isolan, Representante da área de  
Ciências da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente  
Reyes, Representante da área de Letras e Artes, Jornalista  
Luis Carlos dos Santos Vaz, em substituição ao Pró-Reitor  
de Extensão e Cultura e Acadêmicos Eracy Lafuente Pereira e  
Lusiane Luz de Lima, Representantes discentes. Verificou-se  
o não comparecimento da Professora Hilda Costa Acevedo. Cons-  
tatada a existência de quorum legal o Senhor Presidente deu  
por aberta a sessão passando, de imediato, ao exame da pau-  
ta e dando conhecimento da existência de um número razoável  
de Processos extra-pauta sobre os quais o plenário deveria  
deliberar se apreciaria ou não. Item 1. Apreciação da Ata

ef



14/91. Colocado o documento em discussão e, a seguir, em votação foram feitas algumas considerações de caráter geral sobre o mesmo, que resultou aprovado sem emendas. Item 2. Correspondência recebida. Não havendo nada para relatar, o Senhor Presidente procedeu uma breve exposição sobre o Decreto datado de 24 de dezembro de 1991 que suspende, no âmbito das Instituições federais de ensino, a nomeação ou contratação de pessoal até 31.03.92, tanto para docentes como técnicos-administrativos. Salientou que esse dispositivo legal é um pouco contraditório porque abre a possibilidade de contratação de Professor Substituto ou mesmo do próprio quadro, para atendimento de situações excepcionais, devidamente fundamentadas e, desde que autorizadas pelo Ministro de Estado da Educação, uma vez não ultrapassando o número de vagas pré-existentes e desde que cumpridas todas as etapas de concurso, no caso de nomeação. O Senhor Presidente disse, ainda, que na última semana, vários Reitores reunidos em Brasília em audiência com o Ministro da Educação buscaram pressionar o governo para uma abertura quanto a esse dispositivo. Na prática, tem-se a seguinte situação: seguem os Concursos, todavia as nomeações estão suspensas; a contratação de Professores Substitutos somente poderá acontecer mediante autorização do MEC; nomeação de pessoal cujas etapas de Concurso foram totalmente cumpridas antes da edição do Decreto podem ser feitas; nomeações concernentes a Concursos cujas etapas foram concluídas após o Decreto serão definidas durante a próxima semana em Brasília. No momento seguinte, o Senhor Presidente referiu que há algum tempo trouxera ao conhecimento deste Conselho uma fórmula que vinha sendo estudada pelo MEC para promover a distribuição de recursos entre as Universidades e que partia de indicadores considerados ideais, como por exemplo: é sabido que nas universidades particulares a média é de 6m<sup>2</sup> por aluno, enquanto que, na universidade pública, a média é 20m<sup>2</sup> por aluno; por outro lado, a média aceita internacionalmente como ideal é de 10/12m<sup>2</sup> por aluno. Com relação à taxa de ocupação média em salas de aula, sabe-se que nas universidades particulares ficam em torno de 60%, enquanto que nas universidades federais o índice é de 30% e que a taxa internacional fica em torno de 55 a 60%. Esses dados demonstram que, se



uma Universidade pública dirigir-se ao MEC solicitando recursos de programas específicos que deverão ser firmados a curto prazo para fins de expansão de área física, essa reivindicação dificilmente será atendida. A recomendação do governo é de que essas instituições se reagrupem internamente procurando ocupar totalmente o seu espaço. E esse tipo de política, alicerçada em indicadores internacionalmente reconhecidos, será adotada para várias outras situações no que diz respeito as Universidades - finalizou. Item 3. Calendário Escolar para o ano de 1992, relatado pela Professora Maria Isabel. Inicialmente, a senhora Pró-Reitora mencionou que ao proceder-se a revisão do calendário para o 2º semestre de 1991, logo após a greve, fêz-se também uma previsão para o calendário de 1992. A proposta foi discutida com os Coordenadores de Colegiados de Curso no âmbito de suas Unidades, resultando na apresentação de duas proposições: 1) Início das aulas em 13.04.92 e término em 29.12.92. A vantagem dessa proposta - disse a Professora é que o ano letivo seria encerrado ainda no próprio ano de 1992; a desvantagem é que haveria dificuldades quanto ao gozo de férias de 30/45 dias pelos professores, uma vez que os exames do 2º período de 1991 se realizarão entre 05.02 e 18.02.92. 2) Início das aulas em 22.04.92 e encerramento em 18.01.93. De acordo com essa proposta, estariam preservadas as férias dos professores e o feriadão da Páscoa. Contudo, os exames do 2º período letivo de 1992, se estenderiam até 18.01.93. Colocadas as propostas em discussão, os Coordenadores de Colegiados, manifestaram-se favoráveis a proposta 1 - explicou a Professora. Concluída a explanação, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Em seguida, manifestou-se o Professor Osório propondo a eliminação do período especial de exames, uma vez que o Regimento refere-se à realização de exames, mas não a um período especial. Os exames seriam combinados dentro das próprias disciplinas, a exemplo do que ocorre em outras Universidades. A proposição gerou diversas considerações entre os Conselheiros, todos vendo a ideia com bastante simpatia mas mostrando-se preocupados com uma deliberação a ser tomada sem prévia discussão entre as partes interessadas - professores e alunos e, ainda, quanto ao aspecto legal da medida que não poderá contrapor-se às



## CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 02/92. Fls. 04

107 normas Regimentais, merecendo por essa razão um estudo mais  
108 cuidadoso. Por sua vez, o Conselheiro Eracy, expressou-se di-  
109 zendo que na avaliação dos estudantes a proposta 1 era a  
110 mais interessante porque coincidiria com o ano civil. Colo-  
111 cadas as propostas em votação, foi aprovada a Proposta 1 pa-  
112 ra o Calendário Acadêmico de 1992. Ainda no momento da dis-  
113 cussão deste item, a Professora Maria Isabel solicitou per-  
114 missão para fazer referência sobre o Processo nº .....  
115 23110.003628/91-26 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
116 (sub-item 4.5 da pauta) solicitando definição de período pa-  
117 ra concessão de férias para os professores, uma vez que o  
118 assunto era intimamente ligado à questão do calendário esco-  
119 lar. Sobre o Processo foi deliberado que, considerando a a-  
120 provação da Proposta 1 quanto ao Calendário Acadêmico para  
121 1992, as Unidades deverão adequar as férias de seu pessoal  
122 docente a essa decisão, o que implica em adotar uma margem  
123 de flexibilidade que atenda os interesses de ambas as par-  
124 tes (Unidades e professores). Item 4. Processo nº .....  
125 23110.000146/92-50 - Resultado do estudo realizado pela Co-  
126 missão constituída pela Portaria UFPel nº 811, de 13.12.91  
127 relativamente ao reconhecimento dos Certificados de Especia-  
128 lização para os efeitos do item 3 do § 1º do art. 1º da Lei  
129 8.243, de 14.10.91. Foi relator o Professor Eduardo Osório.  
130 Ao relatar o Processo, o Professor Osório disse que a Comis-  
131 são, após estudar detalhadamente o assunto decidiu recomen-  
132 dar o que segue: "1. Certificados de especialização expedi-  
133 dos em data anterior a da Resolução do C.F.E. 12/83 deverão  
134 atender ao disposto na Resolução do C.F.E. 14/77 e aqueles  
135 anteriores a 1977 ao disposto na Lei 1.682/74 referente ao  
136 Incentivo Funcional IV; 2. Para efeito de adequação à Reso-  
137 lução do C.F.E. 12/83, considerar que a efetiva prática do  
138 magistério pode substituir a exigência de 60 horas em disci-  
139 plinas de formação didático-pedagógica; 3. Residências Médi-  
140 cas devem ser consideradas como Especialização (Decreto  
141 80.281/77); 4. A adequação dos certificados de especialista  
142 às normas acima mencionadas devem considerar situações espe-  
143 cíficas, a serem analisadas caso a caso; 5. Certificados ex-  
144 pedidos por estabelecimentos estrangeiros devem atender ao  
145 disposto na Resolução 02/86 do COCEPE. Permaneceu em dúvida  
146 o tratamento a ser dado a títulos de especialista concedi-

04



dos por órgãos de classe, especialmente na área da saúde". Após a leitura do documento encaminhado pela CPPD verificou-se diversas manifestações do plenário, algumas favoráveis ao entendimento exarado por aquela Comissão e externando preocupação quanto a questão de "direito adquirido" por professores que haviam percebido o Incentivo IV - Especialização. Por sua vez, o Senhor Presidente levantou dúvida sobre a legalidade de ser concedido adicional de Especialização por títulos que não estavam perfeitamente enquadrados na atual legislação. Ao final, o plenário deliberou por encaminhar o Processo à apreciação da Procuradoria Jurídica com vista a análise quanto à situação de "direito adquirido" daqueles professores que, à época da vigência da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, percebiam o chamado Incentivo IV - Especialização por Cursos que, à luz da atual legislação, não atendem perfeitamente o que dispõe a Portaria Ministerial nº 2.129, de 12.11.91. Outra interpretação legal reclamada pelo colendo COCEPE diz respeito às Residências Médicas que, igualmente, não estão expressamente enquadradas na Portaria Ministerial antes mencionada. Item 4-a - Processos relatados pela Comissão de Graduação, tendo como relatora a Professora Maria Isabel. Processo nº 23110.002865/91-14 de Dinamar de Moura Pinto solicitando matrícula na disciplina de Treinamento Desportivo II. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Graduação, favorável ao atendimento da solicitação. Processo nº 23110.003068/91-73 de Laurinda Inês dos Santos Silva, aluna do Curso de Enfermagem, solicitando matrícula na disciplina de Histologia. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Graduação, favorável ao atendimento da solicitação. Processo nº 23110.000012/92-93 de Eugênio Souza Nunes, solicitando reingresso no Curso de Direito. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Graduação que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação, haja vista indisponibilidade de vagas no Curso que já vem funcionando com excesso de alunos. Processo nº 23110.003031/91-63 da Faculdade de Direito, encaminhando proposta relativa à redefinição do número de vagas correspondente a cada Curso. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Graduação, que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação, sugere-

elx



137 rindo a ampliação da oferta de vagas para ingresso via ves-  
138 tibular, caso haja interesse do Curso. Em seguida, mediante  
139 concordância do plenário, foram apreciados os seguintes Pro-  
140 cessos extra-pauta: Processo nº 23110.001393/91-83 do Insti-  
141 tuto de Sociologia e Política, solicitando a transferência  
142 da Professora Fides Leal Manica da Faculdade de Agronomia  
143 para aquela Unidade. Após proceder o relato detalhado do  
144 Processo, o COCEPE deliberou pela homologação do parecer e-  
145 xarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorá-  
146 vel ao atendimento da solicitação. Processo nº 23110.003687/  
147 91-75 de Tereza Conceição V. de Freitas, solicitando matrí-  
148 cula na disciplina de História do Brasil II. O COCEPE homo-  
149 logou o parecer exarado por sua Comissão de Graduação, favo-  
150 rável ao atendimento da solicitação. Processo nº .....  
151 23110.000135/92-33 de Rosana Barros de Lima, aluna do Curso  
152 de Geografia, solicitando inclusão de seu nome na discipli-  
153 na de Geografia Agrária face ter havido troca de código no  
154 momento da matrícula. O COCEPE homologou o parecer exarado  
155 por sua Comissão de Graduação, favorável ao atendimento da  
156 solicitação. Item 5. Processos oriundos da CPPD, relatados  
157 pelo Professor Schuch. Processo nº 23110.003514/91-77 do  
158 Professor João Gilberto Corrêa da Silva, solicitando pro-  
159 gressão para o nível 1 da classe de Professor Adjunto, por  
160 ser detentor da titulação de Doutor. O COCEPE homologou o  
161 parecer exarado pela CPPD, favorável ao atendimento da soli-  
162 citação. Foram, também, apreciados os seguintes Processos  
163 extra-pauta: Processo nº 23110.002736/91-63 da Professora  
164 Liana de Castro e Silva Antunes, solicitando progressão de  
165 Assistente-4 para Adjunto-1, a partir de 14.07.91 por con-  
166 clusão de interstício. O COCEPE homologou o parecer exarado  
167 pela CPPD, favorável à progressão solicitada, tendo em vis-  
168 ta as justificativas constantes do Processo. Processo nº  
169 23110.000139/92-94 do Professor Vitor Hugo Borba Manzke, so-  
170 licitando progressão para a classe "D" e concessão do adi-  
171 cional correspondente, a partir de 14.01.92, face obtenção  
172 de certificado de Especialista. O COCEPE homologou o pare-  
173 cer exarado pela CPPD, favorável à progressão solicitada.  
174 Processo nº 23110.003235/91-11 da Professora Maria de Lour-  
175 des Valente Reyes, solicitando progressão para o nível 1 da  
176 classe de Professor Assistente, a partir de 01.12.91, por

ex



conclusão de interstício. O COCEPE homologou o parecer exarado pela CPPD, favorável ao atendimento da solicitação. Item 6. Processos relatados pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo como relator o Professor Béria. Processo nº 23110.003095/91-46 da Professora Leila Macias, do Instituto de Biologia solicitando afastamento para realizar Pós-Graduação a nível de Doutorado, em Biologia Vegetal na Universidade de Campinas, no período de março/92 a março/95. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável ao afastamento solicitado. Processo nº 23110.003369/91-70 do Professor Vilmar Luciano Mattei da Faculdade de Agronomia, solicitando prorrogação de afastamento para conclusão de Doutorado na Universidade Federal do Paraná, por um ano a partir de 01.03.92. O COCEPE homologou o parecer favorável exarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, quanto ao atendimento da solicitação. Foi, ainda, apreciado o seguinte Processo não constante da pauta: 23110.003557/91-80 da Professora Cileide Cunha Moulin, da Faculdade de Nutrição, solicitando prorrogação de afastamento para conclusão de Mestrado, por seis meses, a partir de março/92. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, favorável ao afastamento solicitado. Item 7. Processos relatados pela Comissão de Concursos, tendo como relator o Professor Diaz. Processo nº 23110.002936/91-52, do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, encaminhando relação de candidatos inscritos para o Concurso na área de Agricultura. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Concursos, favorável à inscrição do único candidato ao referido Concurso. Processo nº 23110.001671/91-84 da Faculdade de Agronomia, encaminhando relação de candidatos inscritos para o Concurso na área de Nutrição e Alimentação Animal - classe de Professor Assistente, e indicando a Banca Examinadora, data, local e hora de realização das provas. Ao relatar o Processo, o Professor Diaz deu conhecimento ao plenário da existência de quatro candidatos cujas inscrições não foram homologadas pelo Conselho Departamental da Faculdade de Agronomia por não terem apresentado o diploma de Mestre, conforme indicação do Edital, mas apenas cópia da Ata de defesa de dissertação. Colocado o assunto em discussão, o COCEPE homologou o pare-

28



267 cer exarado por sua Comissão de Concursos quanto à relação  
268 de candidatos inscritos, à exceção de Luciane Scarbi San-  
269 tos, Maria Célia Ibañez de Lemos, Jaime Eduardo Ries e Sér-  
270 gio Augusto Ferreira de Quadros, cujo aceite dependerá de  
271 manifestação da Procuradoria Jurídica da UFPel e posterior  
272 deliberação do Conselho Departamental da Faculdade de Agro-  
273 nomia a ser homologado pelo COCEPE. Foi, ainda, aprovada a  
274 composição da Banca Examinadora, ficando pendente a data de  
275 realização das provas, haja vista a situação acima descri-  
276 ta. Processo nº 23110.000966/91-42 do Instituto de Física e  
277 Matemática, encaminhando o resultado final do Concurso para  
278 a área de Física Médica. O COCEPE homologou o parecer exara-  
279 do por sua Comissão de Concursos, favorável ao resultado fi-  
280 nal do Concurso para a área em referência, que considerou  
281 habilitado o candidato Paulo Sérgio Pilz Augusto. Processo  
282 nº 23110.000117/91-51 da Escola Superior de Educação Física,  
283 encaminhando o pedido de transferência da UFPel para a  
284 UFRGS do Professor Marco Aurélio Vaz e conseqüente alocação  
285 de vaga no Departamento. O COCEPE tomou conhecimento do te-  
286 or do Processo, deliberando pela homologação do parecer exa-  
287 rado por sua Comissão de Concursos, favorável à transferên-  
288 cia requerida e conseqüente alocação de vaga no Departamen-  
289 to. Processo nº 23110.002668/91-13 do Conjunto Agrotécnico  
290 Visconde da Graça, solicitando alocação de vaga decorrente  
291 da aposentadoria do Professor Francisco Júlio Centeno na á-  
292 rea de Zootecnia, e encaminhando dados para a abertura de E-  
293 dital de Concurso. O COCEPE homologou o parecer exarado por  
294 sua Comissão de Concursos favorável à alocação da vaga na á-  
295 rea indicada pela Unidade, bem como à classe, disciplinas  
296 em concurso, regime de trabalho, tipos de provas, progra-  
297 mas e requisitos para inscrição. Processo nº 23110.002733/  
298 91-75 do Conservatório de Música, encaminhando dados para a  
299 abertura de Edital de Concurso na área de Música/Violão. O  
300 COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comissão de Con-  
301 cursos, favorável aos dados indicados pela Unidade como clas-  
302 se, regime de trabalho, área, tipos de provas, programa e  
303 requisitos para inscrição. Processo nº 23110.001990/91-62  
304 do Instituto de Física e Matemática, encaminhando o resulta-  
305 do final do Concurso para a área de Matemática - vaga de  
306 Carlos Gomes Barão - e solicitando abertura de novo Edital



307 de Concurso na mesma área, com os respectivos dados. O COCEPE  
308 homologou o parecer exarado por sua Comissão de Concursos  
309 quanto ao resultado final do Concurso para a área de Matemá  
310 tica, no qual não houve candidatos habilitados. Quanto a a-  
311 bertura de novo Edital de Concurso para a mesma área, a de-  
312 liberação foi favorável inclusive quantos aos dados indica-  
313 dos. Processo nº 23110.003254/91-58 do Instituto de Física  
314 e Matemática, solicitando alocação de vaga decorrente da a-  
315 posentadoria do Professor Silvio Brauch, na área de Matemá-  
316 tica e indicando os dados para a abertura de Edital de Con-  
317 curso. O COCEPE homologou o parecer exarado por sua Comis-  
318 são de Concursos quanto à alocação da vaga na área indicada  
319 pela Unidade, bem como os dados indicados para a abertura  
320 do Edital. De acordo com a solicitação contida nos Proces-  
321 sos supracitados - 23110.001990/91-62 e 23110.003254/91-58,  
322 o concurso para a área de Matemática será realizado para  
323 provimento de duas vagas, o que foi homologado pelo COCEPE.  
324 Foram, ainda, relatados os seguintes Processos extra-pauta:  
325 Processo nº 23110.001982/91-34 da Faculdade de Direito, so-  
326 licitando alocação da vaga decorrente da aposentadoria do  
327 Professor Boaventura A. Centeno Jr. na área de Direito In-  
328 ternacional Público e Direito Internacional Privado e enca-  
329 minhando dados para abertura de Edital. O COCEPE tomou co-  
330 nhecimento da solicitação deliberando pelo retorno do Pro-  
331 cesso à Unidade para prévia apreciação do Conselho Depart-  
332 mental, que deverá manifestar-se quanto aos dados indicados  
333 no Processo. Processo nº 23110.000140/92-73 da Escola Supe-  
334 rior de Educação Física, solicitando alocação de vaga decor-  
335 rente da aposentadoria do Professor Paulo Roberto B. de Mel-  
336 lo na área de Ginástica, para realização de Concurso na classe  
337 de Professor Assistente. O COCEPE homologou o parecer exara-  
338 do por sua Comissão de Concursos, favorável à alocação da  
339 vaga na área indicada pela Unidade e respectiva classe, per-  
340 mitindo a nomeação de candidato classificado em 2º lugar em  
341 concurso já em andamento ou, se possível, alteração de Edi-  
342 tal. Item 8. Processos para serem referendados. Processo nº  
343 23110.002495/91-99 da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia,  
344 indicando a Banca Examinadora, data, local e hora de reali-  
345 zação do Concurso na área de Enfermagem Médico-Cirúrgica. O  
346 COCEPE homologou o parecer emitido "ad-referendum" às fls.

ex



2302f

347 20 do Processo, quanto à composição da Banca Examinadora, da  
348 ta, local e hora de realização do Concurso. No momento se -  
349 guinte, o Senhor Presidente colocou a palavra a disposição  
350 dos presentes e, como dela ninguém mais desejasse fazer uso,  
351 agradeceu o comparecimento de todos dando a sessão por en-  
352 cerrada. Do que, para constar, eu, *ejane* Leonor Lima  
353 de Faria, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a pre-  
354 sente ata que após aprovada, será igualmente assinada pelo  
355 Senhor Presidente. ....

*Behrich*